

A Influência da Linguagem no Desenvolvimento do Pensamento Científico (1942)

Ernst Cassirer

Tradução

Italo Lins Lemos¹

Universidade Federal do Cariri (Juazeiro do Norte, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v20i2.90846

O matemático L. E. J. Brouwer, um dos fundadores do assim chamado intuicionismo matemático, em um dos artigos em que tenta explicar e provar suas concepções fundamentais, diz que a matemática, a ciência e a linguagem são as principais funções da atividade intelectual do homem. É em virtude dessas funções, declara Brouwer, que o homem se torna capaz de governar a natureza e manter a ordem em meio à natureza². Se isso for verdade, então investigar o caráter lógico dessas três funções e elucidar as suas relações parece ser um dos problemas mais interessantes, assim como uma das tarefas mais importantes da filosofia. Pois, o ofício da filosofia é estudar as diferentes formas e fontes de conhecimento e esclarecer o modo como estão interligadas e cooperam.

A abordagem desse problema, no entanto, não é fácil e foi impedida no passado, não apenas por conta de dificuldades internas, mas também pelas condições que dependem, em grande medida, da organização da investigação científica e da nossa formação acadêmica. Nossas universidades seguem o princípio de uma estrita divisão do trabalho. Elas estão divididas em departamentos diferentes que não se conhecem bem. Nenhum desses departamentos deseja ou se atreve a invadir outro território. Essa especialização pode ser um princípio bastante sólido e, do ponto de vista do professor, até mesmo indispensável. Mas, ao abordarmos o campo da filosofia, não podemos mais manter uma divisão de trabalho como essa. O que demandamos e esperamos da filosofia é uma síntese dos variados esforços científicos. Desejamos conhecer suas relações mútuas e suas conexões sistemáticas.

Mesmo com essa abordagem, no entanto, não nos sentimos inclinados a pensar a linguagem e a matemática como ramos afins do conhecimento. Elas parecem estar muito longe uma da outra e pertencer a esferas totalmente diferentes. Elas são, por assim dizer, os hemisférios opostos do nosso “*globus intellectualis*”. A matemática pertence à ciência e é o próprio fundamento da ciência. A linguagem é um fenômeno histórico que somente pode ser estudado e explicado por métodos históricos. Se aceitarmos a teoria de muitos lógicos modernos, os pensamentos matemático e histórico estão separados por um abismo intransponível. A ciência e a história nunca podem ser colocadas sob um mesmo denominador comum. A estrutura da história e a estrutura das assim chamadas “*Geisteswissenschaften*” são de tipos um tanto diferentes da estrutura da matemática ou da ciência natural. Não pretendo entrar nos detalhes dessa questão que tem sido debatida vigorosamente, mas, neste artigo, pretendo indicar um modo através do qual esperamos construir uma ponte por cima desse vão lógico. Não nego as diferenças específicas que, do ponto de vista de uma teoria geral do conhecimento, notoriamente existem entre a linguagem, de um lado, e o

¹ italo.lins@ufca.edu.br

² L. E. J. Brouwer, “Mathematik Wissenschaft und Sprache” [“Ciência Matemática e Linguagem”], *Monatsschrift für Mathematik und Physik*, Bd. 36 (1929), pp. 153 if.

pensamento matemático e científico, do outro. Mas, penso que é justamente essa diferença que nos permite e, em certo sentido, obriga-nos a procurar o gênero lógico ao qual ambos os tipos estão subordinados. Para tornar o meu ponto claro, começarei com uma pequena reconstrução do desenvolvimento histórico do nosso problema. Mas, não pretendo desenvolver todos os fatos históricos. A minha presente tarefa é sistemática, não meramente histórica. Pretendo estabelecer algumas consequências sistemáticas gerais da evolução histórica da linguagem e do pensamento matemático e científico que, talvez, poderão nos auxiliar a elucidar a situação da epistemologia moderna.

De acordo com Platão, o espanto (*θαυμάζειν*) é o início de toda filosofia. Sem a capacidade de se espantar, o homem jamais teria desenvolvido a filosofia. Essa foi, de fato, a primeira emoção que o pensamento grego sentiu quando lidou com o problema da linguagem. A filosofia estava sob o feitiço da linguagem; ela estava surpresa e, por assim dizer, fascinada pela luz brilhante que cintilava da linguagem. Sentimos esse fascínio quando estudamos os primórdios da filosofia grega e quando lemos os fragmentos de Heráclito nos quais ele exalta o poder do “Logos”. Mas, a mente grega não podia simplesmente se submeter a esse poder. Penso, por exemplo, que ninguém que tenha um conhecimento profundo da ciência grega e da filosofia grega pode compartilhar da opinião de John Stuart Mill, que dizia que a especulação grega era um pouco mais do que um mero filtro e análise das noções vinculadas à linguagem comum³. A mente grega era crítica e analítica; ela não podia se render à linguagem sem investigar sua natureza e suas condições. A linguagem permaneceu sendo o grande guia do pensamento; mas, a filosofia não tinha mais uma fé implícita neste guia. Ela começou a buscar o seu próprio rumo, de acordo com os princípios e padrões de verdade que a própria filosofia estabeleceu. Podemos constatar isso na lógica e na metafísica gregas, na ciência empírica grega, assim como na ética e na ciência natural gregas. No pensamento ético, o primeiro passo decisivo foi dado por Sócrates. Quando lemos os diálogos socráticos de Platão, sentimos de imediato o modo como o pensamento de Sócrates está ligado à linguagem e como ele se esforça para se libertar da linguagem. Sócrates é o conversador eterno. Ninguém consegue conversar com ele sem se emaranhar na conversa e na disputa. Sócrates está convencido de que não há outro modo de se detectar a verdade ética senão por esse modo discursivo e dialético. Mas, é aqui que damos o primeiro passo decisivo que nos leva do pensamento linguístico ao pensamento filosófico. Sócrates sempre começa com distinções que, à primeira vista, parecem ser nada além de discriminações verbais. Ele não consegue explicar o seu pensamento e os seus conceitos sem se referir ao uso comum das palavras. Ele pergunta pelo significado dessas palavras – pelo significado de *ἀγαθόν, καλόν, ανδρεία, δικαιοσύνη, σωφροσύνη* — do bem e do belo, da coragem, da justiça e da temperança. A dialética é a arte de determinar e fixar o significado flutuante das palavras. A fala se movimenta — e, nesse movimento, todas as nossas palavras e termos passam por uma mudança incessante. Mas, é papel da filosofia e da dialética imobilizar essa mudança, transmutar o formato móvel e incerto das palavras em conceitos firmes e constantes.

O que Sócrates iniciou no campo da ética foi mantido e continuado por Aristóteles no campo da física. Na física de Aristóteles encontramos a mesma confiança na linguagem e a mesma desconfiança da linguagem. A maioria dos comentadores de Aristóteles salienta o primeiro ponto. Em sua *“Geschichte der Kategorienlehre”* [“História da Teoria das Categorias”], Trendlenburg tenta nos convencer de que o sistema de categorias que está na base da lógica, da física e da metafísica de Aristóteles é nada mais do que um tipo de transposição das distinções linguísticas e gramaticais em distinções lógicas. Nesse caso, todo o pensamento de Aristóteles estaria moldado no padrão da língua grega. Mas, não penso que podemos sustentar essa perspectiva sem antes qualificá-la. Aristóteles não foi apenas um lógico; ele foi, ao mesmo tempo, um perspicaz e cuidadoso observador dos fenômenos naturais. Para que possamos fazer jus ao seu sistema da física, devemos manter sempre em vista esses dois polos do seu pensamento; devemos prestar atenção tanto ao lado empírico, como ao lado especulativo do problema. Mas, em ambos os aspectos, podemos conectar o conceito aristotélico de natureza

3 J. S. Mill, *Logic [Lógica]*, Livro I, Capítulo 3.

com a função geral da linguagem. Aristóteles não considera a natureza um mero agregado de fatos. Ele deseja entender a natureza como um sistema — como um todo coerente e lógico. Mas, para descobrir esse sistema, ele não usa o mesmo método da ciência moderna. Galileu, Kepler e Newton procuravam a *Philosophiae naturalis principia mathematica* — as leis gerais e os princípios da natureza, cujo teor pode ser descrito por conceitos matemáticos e funções matemáticas. O pensamento de Aristóteles está direcionado a um alvo distinto. O que ele se esforça para encontrar é uma classificação lógica completa dos fatos da natureza. E, para essa tarefa principal, Aristóteles se refere e apela para essas classificações que, antes dos primórdios de uma ciência empírica da natureza, têm sido realizadas pela linguagem. A linguagem não é possível sem o uso de nomes gerais — e esses nomes não são apenas signos convencionais e arbitrários; espera-se que eles sejam a expressão de diferenças objetivas. Eles correspondem a classes diferentes e a propriedades diferentes das coisas. Aristóteles aceita essa perspectiva geral; ele pensa que as palavras da linguagem têm não apenas um significado verbal, mas também um significado ontológico. Ao argumentarmos a partir desse princípio, podemos dizer que há uma abordagem dupla da ontologia, de uma teoria geral do ser. Podemos começar por uma análise dos fenômenos fundamentais da natureza; mas, também podemos começar por uma análise dos fenômenos linguísticos — podemos estudar a estrutura geral da sentença. Em ambos os casos, seremos levados ao mesmo resultado. Encontramos como primeira categoria fundamental a categoria da substância ou ser (οὐσία) — que corresponde ao sujeito da sentença. Toda predicação pressupõe um ponto final ao qual ela se refere. A substância (ὕποκειμενον) é esse ponto final; ela subjaz toda predicação, mas não pode ser expressa por um predicado. No mesmo sentido, podemos conectar as outras categorias com os fatos e com as distinções da linguagem. Quantidade e qualidade (πόσον e πότιον) referem ao adjetivo, ποιεῖν e πάσχειν correspondem às formas ativa e passiva do verbo, e assim por diante.

Podemos facilmente compreender que Aristóteles, ao construir esse sistema, estava convencido de que estava sobre um terreno firme e inabalável. Ele dificilmente poderia ter desconfiado do esquema geral de pensamento que lhe foi imposto pela estrutura da língua grega. Devemos ter em mente o fato de que a distinção entre os diferentes tipos de línguas foi uma conquista muito tardia dos pensamentos filosófico e linguístico. Wilhelm von Humboldt foi o primeiro a realizar um levantamento sistemático dos vários tipos de línguas. E, mesmo Humboldt, que estudou todos esses tipos com o maior cuidado e com uma mente perfeitamente imparcial, não pôde evitar atribuir um valor especial e uma preeminência filosófica e lógica definitiva às línguas indo-europeias. De acordo com ele, a forma dessas línguas — o método de inflexão — é, como diz, “die einzig gesetzmässige Form”, o único tipo linguístico que segue regras perfeitamente claras e estritas⁴. Essa superioridade lógica do tipo flexivo depende do fato de que é aqui — e somente aqui — que encontramos uma distinção precisa entre os elementos fundamentais da sentença — entre o sujeito, o predicado e a cópula.

Não podemos, sem dificuldades, sustentar essa perspectiva de Wilhelm von Humboldt. Tornou-se deveras duvidoso se podemos construir uma hierarquia de línguas em que o tipo flexivo ocuparia o posto mais alto e reivindicaria para si uma superioridade lógica sobre todos os outros tipos. A esse respeito, a evolução da lógica e a evolução da linguística parecem nos levar ao mesmo resultado. A lógica nos ensinou que há diversos e muito importantes tipos de proposições que não podem ser reduzidas a esse esquema simples das sentenças que encontramos nas línguas flexivas. Foi especialmente o estudo das relações matemáticas que demandou imperativamente a ampliação desse esquema. Por outro lado, a linguística parece ter perdido todas as esperanças de encontrar um protótipo único da língua e da fala. Depois de inúmeras tentativas malsucedidas realizadas nessa direção, a maior parte dos linguistas modernos parece ter deixado de buscar esse tipo privilegiado e ideal. Alan N. Gardiner, em seu *Theory of Speech and Language* [Teoria da Fala e Linguagem]⁵ diz:

4 Cf. W. von Humboldt, *Über die Verschiedenheiten des menschlichen Sprachbaues* [Sobre as Diferenças na Estrutura da Linguagem Humana], *Gesammelte Schriften*, Berliner Akademie Ausgabe, Bd. VII, Parte I, p. 162.

5 Oxford, 1932, pp. 214 ff.

É evidente que uma fé tão bem estabelecida e apaixonadamente defendida como a que asseve que toda sentença consiste em, ou pode ser analisada como, sujeito e predicado não pode ser totalmente sem fundamento [...]. Mas, mesmo que se tivesse provado que essa crença era verdadeira, a posse de sujeito e predicado ainda não teria sido um teste infalível pelo qual uma sentença poderia ser reconhecida como tal [...]. Igualmente indefensável é a afirmação de certos gramáticos de que toda sentença deve conter um verbo finito. Quaisquer que sejam os fatos a respeito das línguas indo-europeias, posso afirmar com máxima segurança que [a língua] egípcia antiga dispensava a cópula [...]. No decorrer de todo os períodos egípcios antigo e intermediário, sentenças que continham um nome como predicativo normalmente dispensavam a cópula [...]. Uma evidência similar poderia ser produzida pelo hebraico e pelo árabe.

Não preciso enfatizar em que grande medida esse progresso na análise lógica e essa ampliação dos nossos conhecimentos empírico e linguístico influenciaram o desenvolvimento da metafísica moderna. A crítica severa da unilateralidade do esquema sujeito-predicado da sentença é um dos aspectos excepcionais do trabalho filosófico de Whitehead. Ela provou ser um dos motivos mais poderosos em sua reconstrução da metafísica e em sua tentativa de desenvolver uma nova cosmologia.

No que diz respeito à física e à cosmologia de Aristóteles, elas parecem, à primeira vista, estar completamente de acordo com as nossas próprias perspectivas modernas. Ele define uma coisa física ou natural como uma coisa que tem em si *ἀρχὴν κινήσεως καὶ στάσεως*, um princípio de movimento e repouso, no que diz respeito a lugar, tamanho ou qualidade (*Phys. II*, 192b, 20). O fenômeno do movimento é, portanto, o fato fundamental na física de Aristóteles — na mesma medida em que esse fenômeno é o foco das teorias físicas de Galileu. Mas, o que traça a diferença decisiva entre Aristóteles e Galileu é o fato de que aquele descreve e define o movimento em termos de substâncias e qualidades, enquanto este o define em termos de relações e quantidades. Em função disso, toda ordem e método de pensamento é invertida. Não é o assunto da física, mas a sua forma lógica que, na obra de Galileu, passa por uma mudança completa de significado. Ao analisar o fenômeno do movimento, Aristóteles segue o caminho que lhe foi prescrito por seus princípios gerais. O movimento é um predicado — e tal predicado não pode ser pensado sem um sujeito no qual inere. Temos, portanto, que começar pelo estudo desse sujeito e investigar a natureza dos corpos móveis, a fim de determinar e discriminar as variadas formas de movimento. Mas, para esse propósito, precisamos de outro passo preparatório. Os corpos empíricos que encontramos na experiência comum não são os elementos últimos das coisas. Eles precisam ser reduzidos a constituintes mais simples para que sejam acessíveis à explicação científica. Encontramos esses constituintes quando regressamos àquelas qualidades simples das quais o universo físico é composto. Para cada uma dessas qualidades, há uma forma especial de movimento correspondente. Se conduzirmos uma investigação completa e exaustiva delas, teremos, portanto, cumprido o nosso objetivo: alcançar uma descrição, uma classificação sistemática de todas as formas de movimento possíveis. Mas, como podemos descobrir essas qualidades simples e irreduzíveis? É nesse ponto que Aristóteles, mais uma vez, conta com o poder da linguagem. A linguagem estabeleceu as primeiras distinções fundamentais. Ela classificou os fenômenos da natureza de acordo com certos pontos de vista. Precisamos apenas seguir seu exemplo para descobrir os verdadeiros elementos das coisas. Mas, como Sócrates em suas investigações éticas, Aristóteles está perfeitamente ciente do fato de que todo uso filosófico da linguagem, ao mesmo tempo, demanda uma crítica da linguagem. Temos que examinar, completar e corrigir suas discriminações e classificações. Até que tal exame crítico tenha sido realizado, não estamos autorizados a confiar nela. Ao aplicar esse método, Aristóteles finalmente é levado à distinção de duas classes de qualidades, cada uma das quais dividida em dois termos opostos. Calor e frio, e secura e umidade são declaradas como as qualidades fundamentais das coisas. Os corpos empíricos consistem nessas qualidades primárias. A água é a coisa que contém em sua natureza as qualidades da frieza e da umidade; o fogo combina as qualidades de calor e secura, e assim por diante. E cada uma dessas qualidades demanda e determina uma forma especial de movimento. Cada elemento tem seu lugar natural no universo físico. Quando

separado desse lugar, o elemento procura, por inclinação e tendência interior, regressar a ele. Por isso, a ordem geral do universo é constantemente restaurada e mantida.

Os primeiros ataques a esse sistema foram realizados nos últimos séculos da Idade Média. Aqui, encontramos pela primeira vez pensadores que, apesar de seguirem a tradição escolástica geral, já não consideravam Aristóteles uma autoridade absoluta. Eles tentaram trilhar um novo caminho — a *via moderna*, como costumavam chamá-lo. Os discípulos de Guilherme de Ockham foram os primeiros a vislumbrar a possibilidade de uma nova teoria do movimento que, em muitos aspectos, divergia dos princípios de Aristóteles. Pierre Duhem — o distinto físico francês que, ao mesmo tempo, foi um dos melhores estudiosos de filosofia medieval — mostrou, em uma série de investigações⁶ muito cuidadosas e detalhadas, a importância do trabalho dos nominalistas tardios para o descobrimento da nova estática e dinâmica. Mas, penso que Duhem superestima o caráter sistemático desses esforços escolásticos. Os nominalistas podem ter pavimentado o caminho; eles podem ter colocado em questão e enfraquecido a autoridade de Aristóteles, mas eles não foram capazes de erigir uma nova teoria construtiva da natureza. Foi o próprio princípio lógico fundamental do nominalismo que obstruiu o caminho de tal teoria. De acordo com esse princípio, a natureza consiste em coisas individuais e eventos individuais. “*Omnia res positiva extra animam*”, diz Guilherme de Ockham, “*eo ipso est singularis*”. Mas, se isso é verdade, surge uma dificuldade: de que modo essa singularidade das coisas pode ser reconciliada com a universalidade que está implicada em toda proposição matemática? Esse era o problema que deveria ser resolvido antes, para que uma teoria matemática da natureza pudesse surgir. Para tal teoria, não era suficiente introduzir novos meios e novos métodos de observação empírica. É claro, a “*nuova scienza*” de Galileu, a nova ciência da dinâmica, não era uma ciência especulativa, mas empírica. Ela dependeu da descoberta de fatos fundamentais. Mas, mesmo esses fatos não poderiam ter sido encontrados e verificados se Galileu não tivesse abordado a natureza por um ângulo diferente. A forma de indução introduzida por Galileu pressupõe uma nova teoria do conhecimento — uma teoria que concebe a realidade e o pensamento científico de um modo que era desconhecido tanto para Aristóteles, como para os nominalistas medievais⁷. Nessa teoria, a linguagem não poderia mais preservar o mesmo espaço. Na concepção de verdade científica de Galileu, as discriminações realizadas pela linguagem não foram completamente derrubadas e negadas. Mas, declarou-se que elas possuíam um caráter apenas preliminar. Essas qualidades, dizia, descritas em termos de calor ou frio, segura ou umidade, podem ser suficientes para classificar o mundo das nossas percepções sensoriais. Mas, não eram, sob hipótese alguma, suficientes para detectar a ordem fundamental da natureza.

Essa perspectiva foi expressa com clareza e concisão admiráveis em uma polêmica contra a física Aristotélica e a escolástica que se reside em um tratado de Galileu intitulado *Il Saggiatore* (O Ensaíador). É aqui que encontramos pela primeira vez aquela distinção fundamental que, posteriormente, foi descrita como a distinção entre qualidades secundárias e primárias. A linguagem — declarou Galileu — pode ser um instrumento de pensamento muito satisfatório e muito útil, se não perseguirmos outro objetivo além de uma pesquisa e classificação dos objetos de nossa experiência comum, o mundo dos dados dos sentidos. Mas, ela falha assim que assumimos uma tarefa diferente e mais elevada. Para descobrir as leis fundamentais da natureza e os princípios do movimento, precisamos de outros modos de expressão mais confiáveis. Os símbolos da linguagem devem ser suplantados pelos símbolos da matemática. A geometria e a aritmética são as únicas linguagens verdadeiras da natureza. A natureza, diz Galileu, não é um segredo para a mente humana. Ela é um livro aberto e legível para todos. Mas, para ler esse livro, precisamos primeiramente aprender as letras em que ele está escrito. Essas letras não são os ordinários dados dos sentidos: as percepções de calor ou frio, de vermelho ou azul, e

6 Pierre Duhem, *Les Origines de la Statique* [As Origens da Estática], 2 v., Paris, 1905-1906. *Etudes sur Leonard de Vinci*, 3 v., Paris, 1906-1913. *Le Système du Monde*, 5 v., Paris, 1913-1917.

7 Para maiores detalhes, cf. meu artigo “*Wahrheitsbegriff und Wahrheitsproblem bei Galilei*” [“O Conceito de Verdade de Galileu e o Problema da Verdade”]. In: *Scientia* (Milão), Vol. LXII, N. CCCV-9, N. CCCVI-10 (1937), pp. 121-130, pp. 185-193.

assim por diante. O livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos: em pontos, linhas, superfícies e números. Por conta desse postulado, Galileu removeu a pedra angular da física aristotélica. Aquelas distinções que, no sistema de Aristóteles, eram consideradas distinções ontológicas e qualidades fundamentais das coisas, agora são declaradas como nada além das denominações externas. É um erro — diz Galileu no *Saggiatore* — considerar uma propriedade como o frio ou o calor como uma qualidade objetiva inerente à própria coisa. Se desejo conceber a matéria, estou sob a necessidade de concebê-la neste lugar ou em outro, naquele formato ou em outro. Mas, não há a necessidade de se imaginar a matéria desse ou daquele modo, atribuí-la uma cor especial, pensá-la como silenciosa ou sonora, como quente ou fria. Nada disso pertence à matéria; pertence somente à nossa própria organização humana; depende das condições especiais dos nossos órgãos sensoriais. Frio ou calor, seca ou umidade, não são qualidades elementares, mas meros nomes — *puri nomi*, como diz Galileu⁸. Entendemos, a partir dessas sentenças, que os novos princípios introduzidos pela dinâmica de Galileu não poderiam ser encontrados, nem poderiam ser estabelecidos firmemente, sem uma revolução lógica e epistemológica geral.

Seria tentador seguir essa linha de raciocínio em todo o desenvolvimento da filosofia moderna. Mas, não tenho a permissão para me render a essa tentação. Devo me contentar com umas poucas observações. A respeito do problema da linguagem, a filosofia moderna se manifesta em duas tendências diferentes. Assim como em qualquer outro campo do conhecimento, encontramos aqui a oposição geral entre empirismo e racionalismo. O empirismo inglês começa com uma crítica da linguagem e com um ataque veemente ao poder que ela, até aquele momento, havia exercido tanto sobre o pensamento filosófico, como o científico. Esse poder é ilegítimo; ele foi usurpado injustamente. A linguagem é denunciada por Bacon como uma das mais perigosas fontes de engano. Ela é descrita como um *idolum fori* — como uma ilusão e preconceito que emerge das relações do homem. “Embora acreditemos governar sobre nossas palavras”, diz Bacon⁹, “é certo que, como o arco de um Tártaro, se voltam contra o entendimento dos mais sábios, fortemente enredam e pervertem o juízo. [...] Temos que confessar que não nos é possível nos desembaraçarmos destas falácias e falsas aparências, porque são inseparáveis de nossa natureza e condição vital: portanto, a cautela que se tome contra elas [...] é de suma importância para a reta direção do juízo humano”.

Mas, o racionalismo segue um caminho oposto. Ele não nega o valor da linguagem, nem pretende diminuir ou abolir o seu poder. Ele busca, ao contrário, aperfeiçoar a linguagem, trazê-la à sua realização mais elevada. Todos os esforços filosóficos de Leibniz, por mais diversos e divergentes que possam parecer à primeira vista, estão concentrados nesse problema. A fundação de uma “*Lingua universalis*” e de uma “*Characteristica generalis*” foi sempre um dos objetivos mais elevados da filosofia de Leibniz. Essa característica geral não estava sujeita aos mesmos erros, nem aberta às mesmas objeções, como era com o uso comum da linguagem. Ela deveria estar livre de todos os defeitos, ambiguidades e obscuridades que são inevitáveis ao discurso comum. Ela deveria definir todos os seus termos e expressar de uma maneira precisa e adequada as relações entre esses termos. A linguagem, uma vez trazida a esse estado de perfeição lógica, não poderia mais ser considerada um impedimento ou uma inimiga do pensamento. Ela se tornaria, pelo contrário, a aliada mais poderosa do pensamento. Leibniz divergiu de Aristóteles em muitos pontos importantes. Mas, em decorrência do caráter geral de sua filosofia e de seu próprio caráter pessoal, ele insistiu muito mais em um acordo do que em um desacordo e oposição entre os pensamentos antigo e moderno. Ele apreciou e preservou a silogística de Aristóteles; mas, ele a considerou apenas uma única e pequena província que de modo algum abrangia todo o território do pensamento. Devemos estender tanto os limites da linguagem como os limites da lógica tradicional para alcançar um instrumento universal da verdade. Por conta dessa concepção, Leibniz antecipou uma grande quantidade daqueles problemas que,

8 (Cf. Galileu, *Il Saggiatore* [O Ensaíador] (1623), Opere, edizione nazionale, VI, 346 ff).

9 Bacon, *Advancement of Learning* [O Progresso do Conhecimento], Livro II.

10 A tradução desta passagem foi retirada de (BACON, 2007) [N.T.].

posteriormente, foram levantados no decorrer da evolução da matemática moderna e da lógica simbólica moderna.

Um novo passo decisivo nessa direção foi dado pela descoberta da geometria não-euclidiana. Se observarmos, em retrospectiva, a física clássica e os sistemas do racionalismo clássico, constataremos que ambos pressupõem um princípio comum. Argumentava-se pressupondo a existência de uma verdade invariável e absoluta que era expressa nos axiomas da geometria Euclidiana. Quando estudamos os *Diálogos* de Galileu sobre os dois principais sistemas do mundo — o Ptolomaico e o Copernicano — deparamo-nos com uma passagem muito interessante e impressionante. Galileu, adaptando-se à linguagem de seus adversários, ou seja, à terminologia dos Escolásticos, traça uma distinção nítida entre duas formas de conhecimento: o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem, isto é, os conhecimentos da mente infinita e da mente finita. Mas, ao mesmo tempo, ele declara que essa distinção se torna irrelevante quando abordamos o reino do pensamento matemático. O conhecimento matemático significa um conhecimento adequado — e tal conhecimento adequado não é capaz de qualquer gradação. Ele não admite graus diferentes. O intelecto divino é, certamente, infinitamente superior no que diz respeito à extensão de seu conhecimento. Mas, essa diferença quantitativa não significa uma diferença qualitativa — uma diferença de clareza ou certeza. Qualquer proposição matemática que tenhamos encontrado e demonstrado é conhecida por nós da mesma maneira indubitável e infalível como é conhecida por Deus.

É esse mesmo conceito de geometria e o mesmo ideal de verdade geométrica que encontramos em Spinoza — e esse ideal prova ser um dos motivos mais fundamentais e mais característicos do pensamento spinozista. Quando Spinoza deseja expressar o mais elevado grau de certeza filosófica, ele sempre nos diz que essa certeza é tão indubitável e inabalável quanto o teorema de Euclides, de acordo com o qual, em um triângulo, a soma dos ângulos é igual a dois ângulos retos.

No ano de 1829, no entanto, apareceu um sistema geométrico, o sistema de Lobatschevsky, que se atreveu a dispensar esse teorema Euclidiano. Os primeiros filósofos que tiveram que encarar esse fato consideraram a questão um paradoxo um tanto inextricável. E demorou bastante para que esse paradoxo pudesse ser explicado de uma maneira satisfatória. Quando julgada de acordo com os padrões filosóficos, a chamada “Metageometria” sempre pareceu ser um obstáculo. Em um período tão tardio como o final do século dezenove, um pensador tão eminente como Lotze não hesitou em realizar um ataque veemente contra a geometria não-euclidiana. Ele falou dela com desconfiança e desdém explícitos; ele suspeitou que ela era um tipo de charlatanismo matemático e, para dizer o mínimo, um formalismo vão e infértil. Os filósofos teriam considerado muito mais fácil entender o significado verdadeiro e o valor da geometria não-euclidiana se tivessem abordado o problema a partir de um ângulo diferente. Apesar de todas as teorias sobre a idealidade do espaço, eles continuaram a falar e pensar o espaço como se ele fosse um tipo de coisa física ou metafísica cuja natureza tinha que ser explorada e descrita pela geometria. Mas, a geometria não é a descrição de uma coisa; é um sistema de símbolos, uma linguagem simbólica. Com a descoberta dos diferentes sistemas de geometria não-euclidiana, tornou-se óbvio que essa linguagem é de uma variedade e multiplicidade muito maiores do que se supunha na matemática clássica e nos sistemas do racionalismo clássico. A geometria de Lobatschevsky, de Bolyai, de Riemann, a geometria que até então tinha falado uma linguagem única, provaram estar divididas em idiomas diferentes; a geometria se tornou, por assim dizer, poliglota. O sistema rígido de Euclides teve que dar passagem para um sistema de riqueza e flexibilidade muito maiores. Esse não foi apenas um enriquecimento da matemática; foi, ao mesmo tempo, um progresso decisivo do ponto de vista de uma teoria geral do conhecimento.

Encontramos a mesma progressão característica quando olhamos para a evolução da física moderna. Não me arrisco a entrar aqui no problema muito difícil que tentei tratar no meu livro

*Determinismo e Indeterminismo na Física Moderna*¹¹. Neste breve artigo, devo me contentar com a citação de algumas passagens emprestadas dos principais físicos para mostrar que, mesmo nesse campo, o problema da linguagem ganhou uma nova importância e, em certo sentido, é o próprio foco do pensamento científico moderno. Na física moderna, esse problema se desenvolveu, por assim dizer, de um estado latente para um estado explícito. Em uma investigação sobre a evolução geral da mecânica quântica, Niels Bohr declara que o conceito de complementaridade introduzido por ele foi destinado a lembrar constantemente o físico do fato de que todas as palavras da nossa linguagem foram criadas originalmente para um propósito único e especial. O que desejamos expressar e descrever através delas são os objetos do mundo macroscópico. Mas, não podemos esperar que essas descrições e essas formas sejam válidas, nem podemos empregá-las no mesmo sentido quando passamos o limiar de um novo mundo — quando estudamos a estrutura do átomo. Nesse caso, temos que alterar nosso simbolismo, e essa alteração demanda uma certa mudança no que diz respeito ao caráter intuitivo (*Anschaulichkeit*) das nossas palavras e dos nossos conceitos físicos fundamentais¹².

A mesma concepção é expressa em um dos artigos de Max Born sobre o problema fundamental da mecânica quântica. Nossa linguagem comum, diz Born, nunca pode esquecer ou negar a sua origem. Durante milhares de anos, ela esteve constantemente familiarizada com os objetos do nosso mundo macroscópico. Podemos ficar surpresos ao descobrir que as palavras e os termos em que essa conversa foi conduzida têm que ser alterados assim que mudarmos o tópico da conversa — assim que abordarmos o mundo microscópico? Mas, apesar dessa reflexão geral, pareceu à primeira vista não apenas surpreendente, mas também contraditório, que a física moderna tivesse que introduzir não apenas uma nova linguagem, mas que ela estava constrangida a manter um dualismo radical. O elétron não poderia ser descrito de uma única maneira. De um lado, ele tinha que ser considerado uma partícula ou corpúsculo; do outro, ele tinha que ser considerado uma onda. Isso parece ser ininteligível, e até mesmo absurdo, mas somente se preservarmos uma mera teoria do conhecimento como cópia. Se os nossos conceitos científicos devem ser, presumivelmente, retratos das coisas, como podemos analisar o fato de que esses retratos não são apenas desiguais, mas incompatíveis entre si? Poderia haver uma incongruência maior do que conceber uma e a mesma coisa como sendo tanto um corpúsculo como uma onda, como descontínuo e contínuo? Mas, essa dificuldade deixa de ser uma antinomia, uma contradição lógica, se refletirmos sobre a tarefa geral de uma teoria científica. Kant descreveu essa tarefa ao dizer que o escopo de uma teoria científica era: *Erscheinungen zu buchstabieren, um sie als Erfahrungen lesen zu können*¹³ (“soletrar os fenômenos para poder lê-los como experiências”). A evolução moderna da física tem nos mostrado que a ciência, nessa soletração dos fenômenos, pode seguir caminhos diferentes. Ela não está restrita a um tipo especial de soletração, nem a um único alfabeto; ela tem a liberdade de escolher vários conjuntos de símbolos. Mas, é claro, não podemos usar esses símbolos aleatoriamente. Devemos encontrar certas regras que determinam suas relações e conexões mútuas. Para a nova linguagem falada pela mecânica quântica temos, por assim dizer, que encontrar uma gramática geral e uma semântica geral. Com essa semântica podemos clarificar o uso de nossos símbolos fundamentais. Descobriremos que, embora não possa haver qualquer similaridade entre o conceito de onda e o conceito de partícula, existe, no entanto, como Heisenberg diz, uma “correspondência simbólica” entre ambos os conceitos. Devido a essa correspondência, eles podem e devem, de fato, ser usados lado a lado. É essa concepção que é defendida e explicada no livro de Heisenberg *Die physikalischen Prinzipien der Quantentheorie* [Os Princípios Físicos da Teoria Quântica]. Heisenberg não apenas admite, mas até mesmo postula dois tipos diferentes de símbolos. Ele não considera o dualismo que encontramos na base da mecânica quântica moderna uma condição temporária e insatisfatória que podemos esperar evitar e superar no desenvolvimento ulterior da ciência. A sua tese é que esse dualismo não é acidental, mas

11 *Determinismus und Indeterminismus in der Modernen Physik* [Determinismo e Indeterminismo na Física Moderna]. Göteborgs Högskolas Årsskrift, 1936: 3, Gothenburg, 1937.

12 Cf. Niels Bohr, *Atomtheorie und Naturbeschreibung* [Teoria do Átomo e Descrição da Natureza], Berlim, 1921, pp. 12, 59, 64.

13 (KrV, B 370; Prol, AA 04: 101) [N.T.].

um aspecto necessário na estrutura da física do átomo. Não precisamos, no entanto, temer esse dualismo, pois podemos entender o seu significado; podemos estabelecer os princípios gerais de acordo com os quais dois conjuntos de símbolos devem ser empregados e interpretados.

Se observarmos o desenvolvimento histórico do pensamento científico e tentarmos julgar e apreciar esse desenvolvimento desde um ponto de vista mais geral e filosófico, encontraremos sempre uma estranha dificuldade. Temos que encarar um fato um tanto paradoxal. Todo grande progresso feito no pensamento científico parece nos dar um sentimento que é de uma natureza bastante ambígua. O que sentimos é uma estranha mistura de orgulho e modéstia, uma esperança quase ilimitada, e uma certa resignação. A primeira e mais natural reação é considerar o novo passo como uma nova prova do poder da razão humana. Estamos convencidos de que não há limites definidos estabelecidos para esse poder; ele pode se estender indefinidamente. Mas, podemos também abordar a questão a partir de um ângulo um tanto diferente e podemos interpretá-la não desde um ponto de vista otimista, mas pessimista. Se a verdade de ontem provar ser um erro de acordo com os padrões do nosso conhecimento atual, que garantia possuímos de que a nossa própria verdade, a verdade de hoje, não será e, de fato, não deverá ser o erro de amanhã? Não deveríamos nos desesperar quanto a qualquer verdade objetiva, se a ciência provar ser uma coisa tão mutável e flutuante — se cada época tem a sua própria verdade científica? A teoria física da relatividade, quando apareceu pela primeira vez, era usada com frequência com o propósito de provar uma teoria geral de relativismo epistemológico. Mas, penso que essas tentativas foram realizadas em cima de uma assunção falsa e de uma interpretação falsa dessa teoria. O problema tem encontrado sua resposta satisfatória no desenvolvimento ulterior da física moderna. Nenhum de nós, suponho, ainda considera a teoria da relatividade uma restrição de nosso ideal de verdade científica. Pensamos, ao contrário, que isso tem contribuído para definir e explicar esse ideal de uma maneira mais clara e definida. Temos sido ensinados que muitas dessas determinações, que em nossa experiência comum e no sistema da física clássica têm sido consideradas como propriedades ou relações fundamentais e invariáveis, são dependentes de condições especiais. Temos que fornecê-las um valor diferente assim que mudamos nosso quadro de referência. Mas, isso sob nenhuma hipótese nos impede de procurar outras propriedades e relações que são isentas dessa condição e que, portanto, têm um caráter mais geral e mais objetivo — que prova ser invariável, seja qual for o quadro de referência que possamos escolher.

Do ponto de vista do nosso problema atual, podemos levantar a mesma questão a respeito do mundo da linguagem. Toda linguagem tem sua individualidade, sua particularidade, e, até mesmo, sua idiosincrasia. Mas, o escopo da linguagem como um meio de comunicação não seria alcançado se, apesar de todas as diferenças óbvias entre os variados tipos linguísticos e idiomas, não pudéssemos encontrar algumas leis estruturais gerais da linguagem. Descobrir esses aspectos universais não é uma tarefa fácil. O racionalismo sempre esteve inclinado a pensar que do fato de haver uma única lógica podemos inferir imediatamente que deve haver uma única gramática. Na filosofia moderna, os lógicos de Port Royal, os pupilos de Descartes, foram os primeiros a postular uma tal gramática universal — uma *Grammaire générale et raisonnée* — e nos forneceram uma descrição muito interessante dela. Mas, estamos sempre expostos ao perigo de confundir algumas propriedades especiais da nossa própria linguagem com propriedades semânticas universais quando abordamos o problema desde um lado meramente lógico. Nossa análise lógica deve ser completada e corrigida por aquelas observações obtidas por métodos empíricos, por um estudo comparativo dos fatos linguísticos. A esse respeito, parece haver certa analogia metodológica entre a linguística moderna e a física moderna. No mesmo sentido em que a física busca certas invariantes da natureza, a linguística se esforça para descobrir certas invariantes da estrutura gramatical. Em quê essas invariantes consistem é uma questão que ainda não encontrou uma solução geralmente aceita. Se observarmos a literatura contemporânea da linguística — os trabalhos de Trubetzkoy e seus pupilos, de Broendal, de Sapir, de Bloomfield e outros — podemos encontrar respostas diferentes para essa questão. Em sua obra sobre linguagem, Edward Sapir declara que toda linguagem contém algumas categorias necessárias

e indispensáveis que estão lado a lado a outras que são de um caráter mais accidental¹⁴. Se pudéssemos consultar as línguas com as quais a maior parte de nós está familiarizada, podemos estar inclinados a pensar que a categoria do verbo é nitidamente distinta da categoria do adjetivo. O verbo e o adjetivo parecem performar tarefas perfeitamente diferentes que são irredutíveis entre si. Entretanto, encontramos muitas línguas em que essa distinção se torna irrelevante. “É uma questão exclusiva do inglês”, diz Sapir, “ou do idioma indo-europeu geral, que não podemos dizer ‘isso vermelha’ no mesmo sentido de ‘isso é vermelho’”. Há centenas de línguas que podem expressar o que deveríamos chamar de adjetivos simplesmente ao produzir um particípio a partir de um verbo. ‘Vermelho’ em tal língua é meramente uma derivação; ‘ser vermelho’, assim como dormir ou andar, são derivações dos verbos primários”. Parece, portanto, como se tivéssemos que assumir dois estratos do pensamento linguístico e da expressão linguística: um que contém os elementos básicos, e outro que contém os aspectos mais mutáveis e subsidiários da fala humana.

Mesmo a linguística moderna não hesita em falar de uma “Filosofia da Gramática”, embora ela não possa mais definir e empregar o termo em seu sentido tradicional. Os antigos sistemas de uma *Grammaire générale et raisonnée* eram, conscientemente ou inconscientemente, regidos pelo pensamento de que os aspectos fundamentais da gramática latina devem ser considerados constituintes necessários do pensamento e da fala racionais¹⁵. O sistema de parte-da-fala que encontramos no latim era considerado um protótipo geral. Mesmo os lógicos modernos eminentes não podiam se libertar dessa suposição. Eles insistiram em pensar que, afinal de contas, deve ser possível encontrar uma correspondência um-para-um entre as distinções da gramática latina e as categorias intrínsecas e essenciais do pensamento. “Gramática”, declara John Stuart Mill, por exemplo, “é a parte mais elementar da Lógica. Ela é o começo da análise do processo de pensamento. Os princípios e as regras da gramática são os meios pelos quais as formas da linguagem são feitas para corresponder às formas universais do pensamento. As distinções entre as várias partes da fala, entre os casos de substantivos, os modos e os tempos dos verbos, as funções dos particípios, são distinções no pensamento, não meramente nas palavras. A estrutura de cada sentença é uma lição de Lógica”¹⁶. A linguística moderna e a lógica moderna não podem mais preservar essa perspectiva. A expansão do conhecimento linguístico, especialmente o estudo das assim chamadas línguas primitivas, ensinou-nos que há muitas línguas de um tipo fundamentalmente diferente das nossas próprias línguas indo-europeias, e que seria vão tentar forçar o encaixe de todas elas no leito procusto da nossa gramática latina e de nosso sistema parte-da-fala. Mesmo quando nos confinamos dentro dos limites das línguas indo-europeias, não encontramos um sistema geralmente válido de parte-da-fala. Na linguística moderna, tem-se frequentemente enfatizado que o esforço para encontrar as distinções da gramática latina no inglês ou no francês tem resultado apenas em graves erros, e tem provado ser um sério obstáculo para a descrição sem preconceitos dos fenômenos linguísticos¹⁷.

Entretanto, não devemos necessariamente renunciar ao velho ideal de uma gramática filosófica. O renomado estudioso dinamarquês, Otto Jespersen, um dos veteranos da linguística moderna, escreveu um livro intitulado *The Philosophy of Grammar* [A Filosofia da Gramática]. Nele, ele declara que ao lado, acima ou por detrás das categorias sintáticas que dependem da estrutura de cada língua tal como ela é realmente encontrada, há algumas categorias que são independentes dos fatos mais ou menos accidentais das línguas existentes; eles são universais na medida em que são aplicáveis a todas as línguas, apesar de serem raramente expressos nelas de uma maneira clara e inequívoca. Jespersen propõe chamar essas categorias de ‘nacionais’ — e declara que é a tarefa do gramático, em todos os casos, investigar a relação

14 Edward Sapir. *Language. An Introduction to the Study of Speech* [Linguagem. Uma Introdução ao Estudo da Fala]. Nova Iorque, 1921, 124 ff.

15 Para maiores detalhes, cf. Bloomfield, *Language* [Linguagem], Londres, 1935, capítulo 1.

16 John Stuart Mill, Rectorial Address at St. Andrews, 1867, citado em Jespersen, *The Philosophy of Grammar* [A Filosofia da Gramática], Londres, 1924, 47.

17 Cf. Ferdinand Brunot, *La pensée et la langue* [O pensamento e a língua], Paris, 1922; Sayce, artigo sobre “Gramática” na nona edição da *Encyclopedia Britannica*, Jespersen; *The Philosophy of Grammar* [A Filosofia da Gramática], 46 ff.

entre as categorias nocionais e sintáticas. Somos levados a um ponto de vista similar quando abordamos o problema desde o lado psicológico. Se investigarmos as condições psicológicas da linguagem, poderá parecer à primeira vista muito difícil, se não impossível, encontrar qualquer denominador comum para os inúmeros atos de fala. A diferença entre esses atos é ilimitada e inesgotável. Todo falante individual tem uma linguagem própria; e, mesmo no decorrer da vida de um único indivíduo, há poucas coisas que são sujeitas a tal mudança contínua como a sua maneira de falar. Em termos psicológicos, todos estes atos estão no mesmo nível. Não podemos fazer qualquer discriminação entre eles; não podemos prescrever para eles quaisquer regras ou normas definitivas. Mas, apesar dessa multiplicidade e variedade dos atos de fala singulares, a psicologia linguística de nenhuma maneira renunciou à esperança de determinar certas condições e pressupostos que devem ser considerados pré-requisitos da linguagem em geral. Se observarmos a psicologia do século XIX, descobriremos que, ao lidar com problemas linguísticos, toda a sua atenção estava focada em um único ponto. A concepção genética, ou seja, a questão da evolução da linguagem, era a única que parecia ter um interesse psicológico. Mas, na literatura psicológica recente encontramos, a esse respeito, uma mudança metodológica muito importante. É como se a concepção estrutural estivesse a ponto de prevalecer sobre a concepção meramente genética. Esse desenvolvimento da psicologia linguística moderna pode ser acompanhado na obra de Allan W. Gardiner: *Theory of Speech and Language* [Teoria da Fala e Linguagem] (1932) e, especialmente, na *Sprachtheorie* [Teoria da Fala] (1934) de Karl Bühler. Gardiner e Bühler se esforçam para nos mostrar que existe um modelo geral da linguagem — “*ein Organonmodell*”, como Bühler diz, — e que todos os proferimentos singulares da fala, por mais diferentes e divergentes que possam ser, são moldados de acordo com esse padrão estrutural. Em todo uso da linguagem encontramos que, para além das condições particulares, há algumas condições gerais. Encontramos o falante, o ouvinte, e o assunto sobre o qual se fala. A maneira como esses três momentos diferentes são distinguidos uns dos outros e estão interrelacionados segue regras definidas; esse é um aspecto constante em toda e qualquer linguagem. Mesmo do ponto de vista psicológico, temos, portanto, a prerrogativa para falar de fatos linguísticos essenciais e acessórios; e, mesmo aqui, podemos tentar construir um tipo de “Teoria dos Invariantes” para distinguir entre os elementos duráveis e mutáveis da linguagem.

Se seguirmos a história da Filosofia, observaremos que a linguagem sempre esteve exposta a graves objeções e dúvidas céticas fundamentais. Essas dúvidas não surgiram de uma única fonte. Elas se originaram, ao contrário, em motivos diferentes e até mesmo incompatíveis. De um lado, o misticismo religioso sempre defendeu a doutrina de que um conhecimento real — um conhecimento de Deus como o Ser absoluto e a verdade absoluta — não pode ser alcançado, enquanto o homem não obtiver sucesso em se libertar dos grilhões da linguagem. Temos que quebrar a corrente da linguagem para vermos o Absoluto. “Aquele que sabe não fala, aquele que fala não sabe” é uma das máximas de Lao Tsé. Na religião indiana, nos pensamentos upanixade e budista, encontramos a doutrina de que o nosso mundo empírico é baseado em dois princípios fundamentais: os princípios do nome e da forma. Nome e forma (*nama-rupa*) são os dois aspectos principais do nosso conhecimento empírico. Mas, ao mesmo tempo, eles provam ser os obstáculos fundamentais que nos previnem de alcançar um vislumbre filosófico e religioso verdadeiro. Nome e forma são os dois tecelões que tecem constantemente o véu de Maya — o véu da ilusão. O Absoluto não tem nome, nem forma. Se quisermos descrevê-lo por meio da nossa própria linguagem, poderemos apenas descrevê-lo de uma maneira negativa, mas não positiva. O Atman, o Self — diz um dos textos dos upanixades — deve ser descrito por Não, não. Encontramos a mesma concepção na assim chamada teologia negativa da Idade Média. E ela certamente não morreu na filosofia contemporânea, na metafísica moderna. “*La Métaphysique*”, diz Bergson, “*est la science qui se passe des symboles*”. A metafísica é a ciência que dispensa os símbolos. É somente ao renunciar todo e qualquer simbolismo que podemos encontrar a realidade e a verdade, que podemos intuir *la durée réelle*. É do lado oposto que a linguagem e o simbolismo são atacados em todas as escolas empíricas. A linguagem é culpada não por nos afastar da metafísica, mas por nos emaranhar na metafísica. Ela força incessantemente em nós ideias abstratas e problemas insolúveis. Mas, precisamos regressar apenas aos últimos elementos das coisas, aos dados das percepções sensíveis,

para escapar de todas as dificuldades. “Em vão”, diz Berkeley, “estendemos nossa concepção aos céus; em vão consultamos os escritos dos homens instruídos e traçamos os passos sombrios da antiguidade — precisamos apenas puxar as cortinas das palavras para observar a mais bela árvore do conhecimento cujo fruto é excelente e está ao alcance de nossa própria mão”.

Tanto as teorias do misticismo como as teorias do empirismo e sensacionalismo são, à primeira vista, soluções muito tentadoras para o nosso problema. Mas, penso que elas falham em um mesmo ponto. Elas tentam nos convencer de que há uma realidade última que está além do poder e do alcance de todo pensamento simbólico — uma realidade em si e por si, uma *substantia quae in se est et per se concipitur*. Mas, se analisarmos essa suposição, observaremos que tanto a teoria Bergsoniana da intuição como as teorias do positivismo radical ou sensacionalismo estão no mesmo impasse. A intuição não pode ser separada da expressão — e a expressão sempre envolve a função da linguagem, tomada em seu sentido mais geral. Penso que, a esse respeito, as objeções levantadas por Benedetto Croce contra Bergson e todas as outras doutrinas metafísicas da intuição são perfeitamente convincentes. E podemos aplicar o mesmo princípio àquelas objeções e ataques que têm sido direcionados à linguagem e seu valor objetivo do lado oposto. O intuicionismo é baseado no pressuposto de que o conhecimento deve penetrar no seu objeto e se fundir com seu objeto. Caso remanesça alguma distância entre o próprio objeto e o pensamento sobre o objeto, não poderemos falar sobre a verdade. O empirismo e o sensacionalismo não argumentam a partir de tal teoria da identificação, mas a partir de uma teoria da imitação ou reprodução. É claro que, mesmo desde tal ponto de vista, a linguagem deve aparecer como um instrumento muito pobre e defeituoso. Pois, como podemos esperar reproduzir por um pequeno número de palavras, de nomes gerais, a totalidade e a riqueza inesgotável de nossas percepções individuais? Mas, o conhecimento não depende nem da identificação, nem da reprodução. Ele significa objetificação — e, nesse processo de objetificação, a linguagem é o primeiro passo. Sem a sua ajuda, não poderíamos alcançar uma concepção objetiva, nem uma representação do mundo; estaríamos limitados e restritos a um sentimento maçante, uma impressão obscura da realidade. É pela linguagem que passamos da aceitação passiva de um único dado dos sentidos para uma nova concepção construtiva e espontânea do universo. A linguagem prova ser indispensável não apenas para a construção do nosso mundo do pensamento, mas também para a construção do nosso mundo da percepção. Infelizmente, não posso provar essa tese por conta do limite desse breve artigo, e não posso mostrar a evidência empírica em que está baseada. Essa evidência repousa principalmente nos fatos da psicologia linguística e nas investigações recentes sobre a psicopatologia da fala. O estudo cuidadoso dos casos de afasia — feito por Goldstein, por Gelb, por Henry Head, e outros neurologistas — tem nos mostrado o papel eminente que a linguagem desempenha na construção de um mundo objetivo. Não posso entrar aqui nesse lado da questão — mas, talvez me seja permitido fazer referência a um artigo em que discuti o problema em maior profundidade. Foi publicado em francês sob o título “Le langage et la construction du monde des objets”¹⁸ [“A linguagem e a construção do mundo dos objetos”] no *Journal de Psychologie normale et pathologique* (Vol. 30, 1933, pp. 18-44).

É fácil apontar as carências, os defeitos e as ambiguidades que são inevitáveis e que parecem ser inerradicáveis em todo uso da linguagem. Mas, esses males não podem ser curados pelo misticismo, pelo intuicionismo, ou pelo sensacionalismo. A linguagem pode ser comparada à lança de Amfortas na lenda do Santo Graal. Os ferimentos que a linguagem inflige no pensamento humano não podem ser curados, a não ser pela própria linguagem. A linguagem é a marca distintiva do homem e, mesmo em seu desenvolvimento, em sua perfeição crescente, permanece humana — talvez, demasiado humana. Ela é antropocêntrica em sua própria essência e natureza. Mas, ao mesmo tempo, ela possui um poder inerente pelo qual, em seu último resultado, parece transcender a si mesma. A partir dessas formas de fala que são entendidas como meios de comunicação e que são necessárias para toda vida e relação sociais, ela se desenvolve em novas formas; ela estabelece para si tarefas diferentes e mais elevadas.

18 (Cf. CASSIRER, 2009). [N.T.].

E, assim, ela se torna capaz de se limpar daquelas falácias e ilusões às quais o uso comum da linguagem está necessariamente sujeito. O homem procede da linguagem ordinária para a linguagem científica, para a linguagem da lógica, da matemática, da física. Mas, ele nunca pode evitar ou rejeitar o poder do simbolismo e do pensamento simbólico. Nesse breve artigo eu pude apenas indicar o problema, mas não pude esperar resolvê-lo. Tudo o que desejei foi fazer a pergunta e fornecer algumas sugestões quanto a onde a sua solução pode repousar.

Referências Bibliográficas

- BACON, F. *O Progresso do Conhecimento*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 2007.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Londres, 1935.
- BOHR, N. *Atomtheorie und Naturbeschreibung*. Berlim, 1921.
- BROUWER, L. E. J. 'Mathematik Wissenschaft und Sprache'. In: *Monatsschrift für Mathematik und Physik*, Bd. 36, 1929.
- BRUNOT, F. *La pensée et la langue*. Paris, 1922.
- CASSIRER, E. *Determinismus und Indeterminismus in der Modernen Physik*. Göteborgs Högskolas Årsskrift, 1936: 3, Gothenburg, 1937.
- CASSIRER, E. 'Wahrheitsbegriff und Wahrheitsproblem bei Galilei'. In: *Scientia*. Vol. LXII, N. CCCV-9, N. CCCVI-10, pp. 121-130, pp. 185-193, 1937b.
- CASSIRER, E. 'The Influence of Language upon the Development of Scientific Thought'. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 39, No. 12, Jun. 4, pp. 309-327, 1942.
- CASSIRER, E. 'Le langage et la construction du monde des objets' (1933). In: RECKI, B. (ed.) *Aufsätze u. kleine Schriften [1932-1935] (Bd. 18). Gesammelte Werke Hamburger Ausgabe*. Band 19. Hamburgo: Meiner Felix Verlag, 2009.
- DUHEM, P. *Les Origines de la Statique*. 2 v., Paris, 1905-1906.
- DUHEM, P. *Etudes sur Leonard de Vinci*, 3 v., Paris, 1906-1913.
- DUHEM, P. *Le Système du Monde*, 5 v., Paris, 1913-1917.
- GALILEI, G. *Il Saggiatore*. Opere, edizione nazionale, VI, 1623.
- JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. Londres, 47, 1924.
- SAPIR, E. *Language. An Introduction to the Study of Speech*. Nova Iorque, 1921, 124 ff.
- VON HUMBOLDT, W. 'Über die Verschiedenheiten des menschlichen Sprachbaues'. In: *Gesammelte Schriften*. Berliner Akademie Ausgabe, Bd. VII, 1908.